

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

ADDIS ABABA, ETHIOPIA P. O. BOX 3243 TELEPHONE : 0115517 700 FAX :0115517844
WEBSITE: www.africa-union.org

CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
Décima Quinta Sessão Ordinária
25 – 27 de Julho de 2010
Kampala, Uganda

Assembly/AU/6 (XV)
Original: Inglês

RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS
SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA EM
ÁFRICA

RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. A alínea (q) do Artigo 7º do Protocolo Relativo ao Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA) refere que o CPS deve “apresentar, através do seu Presidente, relatórios regulares à Conferência sobre as suas actividades e a situação da paz e segurança em África.” O presente relatório, preparado em conformidade com o referido Artigo, cobre as actividades realizadas pelo Conselho durante o período de Janeiro a Julho de 2010, e fornece uma visão global da situação da paz e segurança no continente durante o período.

2. Os aspectos específicos abordados incluem a assinatura e ratificação do Protocolo do CPS, adesão ao CPS, rotacao da presidência deste Órgão, actividades realizadas pelo CPS, outras questões que se inserem no mandato do CPS e a situação da paz e segurança em África.

II. ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DO CPS

3. Desde a entrada em vigor do Protocolo em Dezembro de 2003, cinquenta (50) Estados Membros assinaram o Protocolo do CPS, ao passo que 44 o assinaram e ratificaram. Dois Estados Membros devem ainda assinar e ratificar o Protocolo, nomeadamente, Cabo Verde e a Eritreia. Os seguintes Estados Membros assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram: República Centro Africana (RCA), República Democrática do Congo (RDC), Guiné-Bissau, Guiné, Libéria, Seychelles e Somália.

III. ADESÃO AO CPS

4. Conforme estipulado no Parágrafo (1) do Artigo 5º do Protocolo, o CPS é constituído por quinze (15) membros com direitos iguais, que são eleitos da seguinte forma: 10 membros eleitos para um mandato de dois (2) anos e cinco (5) membros eleitos para um mandato de três (3) anos.

5. De recordar que a adesão e o mandato de dois e três anos dos anteriores membros do CPS expirou no dia 31 de Março de 2010. Antes da expiração, o Conselho Executivo, durante a sua décima quarta Sessão Ordinária, realizada em Adis Abeba, de 28 a 29 de Janeiro de 2010, realizou eleições para todos os quinze assentos do Conselho, em conformidade com a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.106(VI), adaptada em Cartum, Sudão, em Janeiro de 2006, através da qual a Conferência delegou os seus poderes ao Conselho Executivo de eleger os membros do Conselho de Paz e Segurança, com base no Parágrafo (2) do Artigo 5º do Protocolo.

6. A actual lista dos recém-eleitos membros do Conselho, em ordem alfabética em linguagem inglesa, é a seguinte: Benin, Burundi, Chade, Côte d'Ivoire, Djibuti, Guiné Equatorial, Quênia, Líbia, Mali, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, Ruanda, África do Sul e Zimbábue. O mandato dos recém-eleitos membros

iniciou no dia 01 de Abril de 2010, em conformidade com as Conclusões do Retiro do CPS em Dacar, em Julho de 2007, sobre os métodos de trabalho do CPS.

IV. ROTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO CPS

7. Em conformidade com a Regra 23 das Regras de Procedimento do CPS, a presidência do CPS é rotativa na base mensal entre os seus membros, seguindo a ordem alfabética em língua inglesa da lista dos membros do CPS. Por outro lado, conforme previsto nas Conclusões do Retiro do CPS em Dacar, em Julho de 2007, sobre os métodos de trabalho, uma nova lista dos membros do CPS foi elaborada após a eleição dos quinze membros do Conselho em Janeiro de 2010, na base da qual foi elaborada uma linha da rotação da presidência do CPS (vide Anexo I à este Relatório) que cobre o período de Abril de 2010 à Março de 2012.

8. Durante o período em análise, a presidência do CPS terá a seguinte rotação:

– Tunísia	Janeiro de 2010
– Uganda	Fevereiro de 2010
– Zâmbia	Março de 2010
– Burundi ¹	Abril de 2010
– Burundi	Mai de 2010
– Chade	Junho de 2010
– Côte d'Ivoire	Julho de 2010

V. ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

9. Durante o período em análise, o CPS realizou 24 reuniões. Todas essas reuniões realizaram-se ao nível de embaixadores na Sede da União em Adis Abeba, para analisar várias situações de conflito e questões relacionadas. Entre as reuniões, houve sessões de informação para receber actualizações sobre várias situações e questões. Como é prática estabelecida do CPS, e em conformidade com as disposições do Protocolo do CPS, os países e outros intervenientes relacionados com uma dada questão foram convidados à essas reuniões e sessões de informação.

a) Reuniões sobre as situações de conflito e questões relacionadas

10. Entre Janeiro e Julho de 2010, o CPS apreciou as seguintes situações de conflito: Burundi, República Centro Africana, Comores, Côte d'Ivoire, RDC, Guiné-Bissau, Madagáscar, Níger, República da Guiné, Somália e Sudão. A lista das reuniões realizadas pelo CSP durante o período e as questões discutidas, bem como os resultados dessas reuniões, constam no Anexo II à este Relatório.

b) Sessões de informação

11. Entre Janeiro e Julho de 2010, o CPS realizou várias sessões de informação com vista a receber informações actualizadas sobre as questões sob

¹ O Burundi presidiu o CPS em Abril de 2010, enquanto se aguardava pela chegada do Representante Permanente do Benin à Adis Abeba.

o seu mandato. Foram emitidos comunicados de imprensa, em conformidade com a Regra 32 das Regras de Procedimento do CPS, como registo das discussões e resultados das sessões, conforme demonstrado no Anexo II. Entre essas sessões, foram realizadas sessões de informação por parte da Comissão sobre o Ano da Paz e Segurança em África e do Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) sobre as actividades do CICV em África. Foi igualmente realizada uma sessão de informação sobre a avaliação da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas (UNPBC) por parte do Representante Permanente da África do Sul nas Nações Unidas em Nova Iorque, juntamente com os representantes da Irlanda e México em Adis Abeba, na qualidade de Facilitadores indicados pelo Presidente da Assembleia Geral das NU para realizar uma avaliação da UNPBC.

12. Algumas outras sessões de informação abordaram a evolução das situações nas Comores, Côte d'Ivoire, Guiné Bissau, Níger, República da Guiné e Somália, bem como o desenvolvimento da Força Africana em Estado de Alerta. As várias sessões de informação e os seus respectivos resultados constam no Anexo II à este Relatório.

c) Outras actividades sob o mandato do CPS

(i) Informações prestadas pelos Presidentes do CPS ao Comité dos Representantes Permanentes

13. Em conformidade com as Conclusões do Retiro do CPS em Dacar sobre os Métodos de Trabalho do CPS, o Presidente do CPS de cada mês informa o CRP no final da sua presidência, sobre as actividades realizadas pelo CPS durante o mês. Especialmente, os sucessivos Presidentes do CPS para o período em análise, nomeadamente a Tunísia, o Uganda, a Zâmbia, o Burundi e o Chade, informaram o CRP sobre as actividades realizadas pelo CPS durante os respectivos meses do período em análise.

(ii) Participação do Presidente do CPS em actividades relacionadas com a paz e segurança

14. A República do Burundi, Presidente do CPS para o mês de Abril de 2010, participou na sessão de abertura do Parlamento Pan-Africano (PAP) em Midrand, África do Sul, no dia 12 de Abril de 2010. A sessão, entre outros aspectos, discutiu várias situações de paz e segurança em África, bem como o reforço da cooperação entre o CPS e o PAP, na promoção da paz no continente. A República do Burundi participou igualmente no Workshop da UA sobre a Mulher e a Criança nos Conflitos Armados em África, realizada em Kinshasa, de 19 a 21 de Maio de 2010. O Workshop, que contou com apresentações dos representantes do Painel dos Sábios da UA, de altos funcionários da Comissão da UA e das Comunidades Económicas Regionais (CERs), bem como de peritos africanos e internacionais, incluindo representantes seniores da sociedade civil, apelou para a mitigação dos efeitos dos conflitos em África na mulher e na criança e para que a mulher desempenhe um maior papel na prevenção e resolução dos conflitos no continente.

(iii) Reunião do Painel de Sábios

15. Na execução do seu mandato, conforme previsto no Protocolo do CPS, o Painel de Sábios da UA realizou a sua oitava reunião em Kinshasa, RDC, no dia 21 de Maio de 2010. O Painel avaliou as situações de conflito nas regiões da África Austral, dos Grandes Lagos, bem como nas regiões da África Ocidental e Central. Discutiu igualmente os desenvolvimentos nas Comores e os esforços da UA no Arquipélago. Além disso, o Painel apreciou as conclusões e adoptou as recomendações do Workshop de Peritos. O Painel aproveitou a ocasião para discutir o seu programa de trabalho para 2010. De igual modo, o Painel entregou formalmente a Chama da Paz ao Governo da RDC.

d) Realização de Reuniões Consultivas, Nova Iorque, 8-9 de Julho de 2010

(i) Reunião consultiva entre o Conselho de Paz e Segurança e a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas (UNPBC), Nova Iorque, Julho de 2010

16. De recordar que, durante a sua 208ª reunião realizada no dia 9 de Novembro de 2009, o CPS teve um intercâmbio de ideias com uma Delegação da UNPBC sobre as vias para melhorar os esforços de consolidação da paz em África e de reforçar as relações entre o CPSe a Comissão de Consolidação da Paz das NU. As duas partes acordaram em reunir-se regularmente na perspectiva da promoção da cooperação e de sinergias na consolidação da paz e nos processos de reconstrução pós-conflito em África.

17. Nesse sentido, o CPS e a Comissão de Consolidação da Paz das NU realizaram a sua primeira reunião consultiva em Nova Iorque, no dia 8 de Julho de 2010. A reunião realizou intercâmbio de ideias sobre processos de consolidação da paz no Burundi, República Centro Africana, Guiné-Bissau e Sierra Leone, relativamente ao progresso realizado na agenda da UNPBC nesses quatro países pós-conflito, os desafios existentes e as potencialidades para a melhoria dos processos de consolidação da paz nesses países. A reunião trocou igualmente ideias sobre como a PBC e o CPS podem trabalhar em conjunto para promover as actividades de consolidação da paz nesses países.

18. Por outro lado, o Secretário-Geral Adjunto das NU para o apoio à consolidação da paz prestou uma informação resumida sobre como o sistema das NU presta apoio à UNPBC nas suas actividades nos países acima referenciados. O Comissário para a Paz e Segurança forneceu uma panorâmica geral do progresso realizado e os desafios enfrentados na implementação do Quadro de Políticas da UA para a Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito e as potenciais áreas para colaboração entre o CPS e a PBC. Foi discutida a possibilidade de realizar missões de colaboração conjuntas às áreas pós-conflito para a avaliação das necessidades.

19. As duas partes destacaram a necessidade de acção conjunta, especialmente no desenvolvimento de mecanismos conjuntos para a mobilização de recursos para as actividades de consolidação da paz em África e a realização de missões conjuntas no terreno à África para a realização de avaliação das

necessidades dos países emergentes de conflitos. No final das suas deliberações, a reunião emitiu um Resumo Presidencial Conjunto das Discussões, anexo ao presente Relatório.

Reunião Consultiva entre o Conselho de Paz e Segurança e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC)

20. Em consonância com as decisões tomadas na primeira reunião consultiva realizada em Adis Abeba em 2007, e na sequência de um convite formulado pela República Federal da Nigéria, o Presidente do Conselho de Segurança para Julho de 2010, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana e o Conselho de Segurança das Nações Unidas realizaram a sua quarta reunião consultiva em Nova Iorque, em 09 de Julho de 2010.

21. A reunião consultiva proporcionou uma oportunidade para os dois órgãos trocarem opiniões sobre formas e meios de reforçar a cooperação entre eles, incluindo sobre as modalidades para a organização de consultas. Debateram estratégias para fortalecer e reforçar a cooperação em prol da prevenção de conflitos regionais e sub-regionais e os esforços de resolução, incluindo a manutenção da ordem constitucional.

22. Os dois órgãos manifestaram a necessidade das autoridades nacionais e regionais implementarem totalmente a Arquitectura de Paz e Segurança Africana. Avaliaram a sua cooperação em matéria de prevenção e resolução de conflitos, manutenção da ordem constitucional, a promoção dos direitos humanos, democracia e o Estado de Direito em África. A este respeito, os dois Órgãos apelaram para um maior apoio para o Ano de paz e segurança em África

23. Durante a abordagem dos conflitos específicos e situações de crise, a reunião analisou os desafios do CPS e do CSNU no apoio aos esforços de paz no Corno de África num futuro próximo, especialmente, em relação às questões da Somália, Sudão e / Djibuti Eritreia. Os dois órgãos elogiaram os esforços de paz em curso nestas situações, incluindo o trabalho do Painel de Implementação de Alto Nível da UA no Sudão.

24. Os dois Órgãos concordaram especialmente sobre os mecanismos, incluindo os canais de comunicação entre o Presidente do Conselho de Paz e Segurança e o Presidente do Conselho de Segurança da ONU, para a convocação da reunião consultiva, anualmente, numa base rotativa, o mais tardar até o final de Junho de cada ano. No final das suas deliberações, a reunião aprovou um comunicado que se pode ver em anexo ao presente relatório.

VI. SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

25. A Conferência lembrar-se-á de que, durante a sua sessão especial realizada em Trípoli, a 31 de Agosto de 2009, consagrada à análise e resolução de conflitos em África, proclamou 2010 como «Ano de Paz e Segurança em África». Os objectivos pretendidos são de várias ordens: imprimir uma nova dinâmica aos esforços de paz no Continente, tornar mais visível a acção da UA e assegurar a sinergia entre os esforços oficiais de promoção da paz e os empreendidos ao nível das comunidades de base e da sociedade civil. Esta

decisão foi tomada num contexto marcado pela persistência do flagelo de conflitos, não obstante os progressos registados nos últimos anos, graças aos esforços envidados pelos dirigentes e instituições do Continente, com o apoio de parceiros internacionais.

26. O CPS empenhou-se para contribuir na realização destes objectivos, principalmente através da análise regular das situações de conflito e de crise no Continente, assim como pelo exame de outras questões conexas. Os parágrafos que seguem dão uma visão geral da situação no terreno bem como de algumas questões temáticas transversais, com implicações para a paz e segurança no Continente.

a) Situação no terreno

(i) Processos em curso

27. Durante o período em análise, prosseguiu-se com os esforços que visam conduzir os diferentes processos de paz no Continente. Enquanto foram registados progressos em algumas situações de que a UA tem conhecimento, o impasse é persistente em outras.

28. **Nas Comores**, a situação evoluiu favoravelmente, com a assinatura de um Acordo para a Gestão do Período Intermédio, que põe termo à crise ligada à reforma institucional introduzida pela nova Constituição da União, adoptada através do referendo de 17 de Maio de 2009. Esta lei relativa ao referendo prevê extensão de 4 para 5 anos o mandato do Presidente da União e confere mandato à Assembleia da União e aos Conselhos das Ilhas Autónomas, reunidos em Congresso, com uma competência constitucional de fixar a data da harmonização da eleição dos Governadores das Ilhas Autónomas e do Presidente da União. A 1 de Março de 2010, o Congresso adoptou uma lei que harmoniza, a partir de 27 de Novembro de 2011, os mandatos do Presidente da União e dos Governadores das Ilhas. Esta lei, não aceite pela oposição das Comores, tem principalmente como efeito prorrogar o mandato do Presidente da União (que terminou a 26 de Maio de 2010), por 18 meses, adiando o exercício, pela Ilha de Mohéli, da presidência rotativa da União, depois da Grande Comore e de Anjouan.

29. Na sequência de queixas em matéria de inconstitucionalidade apresentados pela oposição das Comores, o Tribunal Constitucional da União adoptou, a 8 de Maio de 2010, um decreto que, entre outros, declarou inconstitucionais as disposições que determinam a data das eleições do Presidente da União e dos Governadores das Ilhas. O Tribunal decidiu que, a partir de 26 de Maio de 2010, abrir-se-ia um período intermédio, durante o qual o Presidente da União e os Vice-presidentes vão exercer os seus poderes de uma forma consensual, até a investidura do novo Presidente da União e dos Governadores eleitos. Por seu turno, o Presidente da Comissão mandou o seu Enviado Especial para as Comores para ajudar as partes a ultrapassar as dificuldades encontradas na implementação da reforma constitucional de Maio de 2009. O Comissário para Paz e Segurança deslocou-se igualmente ao Arquipélago por duas vezes, em Abril e Maio de 2010. Estes esforços culminaram com um Acordo de Gestão do Período Intermédio, assinado em Moroni, a 16 de Junho de 2010, pelo Presidente da União e pelos Governadores das Ilhas

Autónomas de Anjouan, Ngazidja e Mohéli. Este Acordo prevê essencialmente a organização de eleições harmonizadas do Presidente da União e dos Governadores das Ilhas (7 de Novembro de 2010, para a 1ª volta, e 26 de Dezembro de 2010, para a 2ª volta). A conclusão deste processo deve conduzir à eleição de um novo Presidente, originário da Ilha de Mohéli.

30. A Conferência deverá exortar as partes comorenses a dar prova de responsabilidade e implementar, de boa-fé, os compromissos assumidos. A Conferência igualmente encorajar os Estados-membros e comunidade internacional a prestarem apoio financeiro e técnico necessário para a implementação cuidadosa do Acordo de Gestão do Período Intermédio, principalmente a realização das eleições.

31. **Na Somália**, durante o período em análise, o Governo Federal de Transição, com o apoio da comunidade Internacional, envidou esforços importantes para alargar a reconciliação e o diálogo entre o povo Somáli. No dia 15 de Março de 2010, em Adis Abeba, o GFT assinou um quadro de de Acordo de Cooperação com o Ahlu Sunna wal Jama'a (ASWJ). Num esforço adicional para entrar em contacto com outros intervenientes Somáli, em 12 de Abril de 2010, o GFT assinou um Acordo com o Estado semi-autónomo de Puntland, que apela para o reforço da lei e ordem no continente e no mar e a criação de oportunidades de emprego, a limpeza dos resíduos tóxicos ao longo da costa Somáli e a sensibilização do público contra os perigos da pirataria.

32. Contudo, apesar do progresso registado, o GFT enfrentou vários obstáculos provenientes de vários factores internos, incluindo algumas clivagens no seio das Instituições Federais de Transição (IFT). Tenho o prazer de informar que apesar das clivagens internas que ocorreram no seio e entre o Governo e o Parlamento Federal de Transição (PFT) em Maio de 2010, a situação registou melhorias. Em Junho de 2010 o Primeiro-ministro com a aprovação do Presidente do GFT, reconstituiu o seu Governo, nomeando 39 Ministros, incluindo quatro Ministros da ASWJ. O PFT elegeu igualmente um novo Presidente do Parlamento e está em vias de rever o Regulamento do Parlamento de modo a permitir que a actividade do parlamento continue, em consonância com os acordos de transição.

33. Nos últimos meses houve, uma vez mais, uma demonstração do empenho da comunidade internacional em apoiar o processo do Djibuti. Para este efeito, as Nações Unidas, em colaboração com o Governo da Turquia, convocou uma Conferência de Reconstrução e Desenvolvimento para a Somália, em Instambul de 21 a 23 de Maio de 2010. As evoluções recentes na Somália foram igualmente avaliadas numa Reunião Consultiva da UA, Ministros da Defesa da AMISOM, os Países que Contribuem com Tropas (TCCs) e Parceiros, realizada em Adis Abeba em 2 de Junho de 2010. Por seu turno, a Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da IGAD, na sua 15ª Sessão Extraordinária, realizada em Adis Abeba no dia 5 de Julho de 2010 tomou uma série de decisões visando acelerar a restauração da paz, segurança e estabilidade na Somália. Estas incluem a decisão de implantar imediatamente 2000 soldados da Paz sob a AMISOM. Para esse efeito, consultas entre a NU, a UA. A IGAD e outros parceiros estão em curso no presente momento com vista a facilitar a implementação desta decisão. Em apoio adicional ao GFT, a AMISOM e outros membros da comunidade Internacional estão a dar prioridade à reconstrução das

instituições das forças do sector de segurança, particularmente as forças de segurança da Somali.

34. A situação de segurança continua instável. Em Mogadíscio, o Al Shabaab e outros grupos armados da oposição (GAO) continuam a atacar as Posições da AMISOM e do GFT. Outras regiões do Sul continuam a enfrentar violência. Com a recente implantação de tropas adicionais do Uganda, os efectivos actuais da AMISOM totalizam 6.120. A AMISOM aumentou igualmente a sua presença no terreno em Mogadíscio, para apoiar a monitorização, formação e aconselhamento das forças Polícia Somali. Como consequência das condições desfavoráveis a situação humanitária continua precária, estando milhares de civis em perigo de violência e com necessidade de assistência, e o acesso pelas agências humanitárias é extremamente limitado.

35. Apesar dos enormes esforços, a situação na Somália continua a ser bastante precária. A ameaça representada por essa situação foi agora agravada com os atentados terroristas cometidos em Uganda cuja responsabilidade foi assumida pelo Al Shabab. Existe a necessidade de se envidarem novos esforços para resolver a situação na Somália. A este respeito, a Conferência deve reiterar o seu apreço aos TCCs (Países que contribuem com tropas), Uganda e Burundi, pelos sacrifícios feitos, e apelar a outros Estados membros da UA para fazer as contribuições necessárias em tropas e tudo o que possa facilitar as tropas a realizarem a sua missão, em apoio à AMISOM. A Conferência deve igualmente apelar aos parceiros da Somália para mostrarem a unidade de propósito necessária para enfrentarem os desafios com que a sua nação se confronta. Finalmente, é importante lembrar as Nações Unidas e a comunidade internacional sobre as suas responsabilidades relativamente à Somália e mais uma vez, apelar para que levem a cabo as acções que deles se espera, incluindo a implantação atempada de uma operação da ONU para substituir a AMISOM e apoiar a estabilização a longo prazo da Somália.

36. Houve um movimento no processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia durante o período em análise. Neste contexto, não pode ser subestimada a necessidade de esforços sustentados e coordenados para ajudar as partes a ultrapassar o actual impasse e a normalizar as suas relações.

37. Registou-se um progresso relativamente à resolução da disputa entre o Djibuti e a Eritreia. Como a Conferência se deve recordar, a UA, tanto a seu nível como a nível do CPS, adoptou uma série de decisões relativas a esta disputa. Por seu turno, em 23 de Dezembro de 2009, o Conselho Executivo, adoptou a resolução 1907 (2009) em que, *inter alia*, reiterou o seu pesar relativamente à recusa da Eritreia de encetar um diálogo com o Djibuti, ou aceitar contactos bilaterais, e decidir, nessa base e outras considerações relacionadas à Somália, impor uma embargo de armamento a esse país, além das restrições de viagem e a confiscação dos bens dos seus líderes políticos e militares.

38. No dia 6 de Junho de 2010 o Djibuti e Eritreia assinaram um Acordo em que conferem um mandato a Emir de Qatar para levar a cabo uma mediação visando resolver a disputa fronteiriça entre eles, e para esse fim, apresentar uma proposta de resolução que as duas partes se comprometem a aceitar. A conferência gostaria de saudar esta evolução positiva e manifestar a esperança

que esta tentativa tenha um impacto positivo na situação geral do Corno de África.

39. No **Sudão**, um dos destaques do período em análise foi a realização da reunião inaugural do Fórum Consultivo do Sudão em Adis Abeba, no dia 08 de Maio de 2010. Esta reunião teve lugar no contexto do acompanhamento da decisão da 207ª reunião do CPS, realizada em Abuja, no dia 29 de Outubro de 2009, que aprovou o Relatório do Painel de Alto Nível da UA para Darfur (AUPD) e as Recomendações aí contidas. O fórum juntou os principais actores internacionais que trabalham no Sudão, e proporcionou uma oportunidade para a avaliação da situação na sequência das eleições gerais de Abril e à luz do progresso registado e os desafios enfrentados na implementação do Acordo Geral de Paz (AGP), bem como na busca da Paz, segurança, justiça e reconciliação em Darfur. O Fórum consultivo reunir-se-á pelo menos a cada dois meses.

40. Por seu turno, o Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP) presidido pelo antigo Presidente da África do Sul Thabo Mbeki e composto pelos antigos presidentes Abdusalami Abubakar e Pierre Buyoya, estabelecido em conformidade com a decisão de Abuja, envidou seus esforços em apoio à busca da paz em Darfur e a implementação do AGP. A AUHIP deve ser louvada pelo seu excelente trabalho e contribuição.

41. Em consonância com o AGP, as eleições gerais tiveram lugar de 22 a 15 de Abril de 2010. É importante notar que o SPLM retirou o seu candidato Presidencial da corrida eleitoral bem como os seus candidatos em Darfur devido ao ambiente restritivo naquela região. Várias outras partes decidiram igualmente boicotar as eleições. No período anterior às eleições, o AUHIP trabalhou com as partes numa tentativa de criar um ambiente favorável para a sua realização. O AUHIP elaborou um código de Conduta Eleitoral, que foi assinado pelos partidos políticos, incluindo o SPLM e o NCP.

42. A Comissão Nacional de Eleições (CNE) declarou Omar Hassan Al Bashir, candidato presidencial do partido no poder, NCP, o vencedor das eleições. No Sul, o Presidente do SPLM, Salva Kiir, venceu as eleições presidenciais do Sul do Sudão (GdSS). Nas legislativas, bem como nas eleições para governadores, o NCP, no Norte, e o SPLM, no Sul, venceram com uma maioria esmagadora. A Missão de Observação Eleitoral da UA afirmou que, tomando em consideração o facto de que o país nunca tinha realizado eleições multi-partidárias por quase uma geração, as eleições constituíram um evento histórico e uma grande conquista para o povo sudanês. Portanto, importa realçar que, durante e após o período de eleições, a situação de segurança no Sul do Sudão era preocupante. Houve relatos, particularmente das organizações da sociedade civil, de actos de intimidação e perseguição entre os partidos da oposição e candidatos independentes no Norte.

43. Existe ainda uma série de questões pendentes relativas ao processo de implementação do AGP, particularmente no que diz respeito ao referendo agendado para ter lugar no Sul do Sudão e Abyei, no dia 9 de Janeiro de 2011. As principais questões, entre outras, são a criação de uma Comissão de Referendo de Abyei, as modalidades para a organização de consultas populares

nos Estados de Blue Nile e Kordofan do Sul, e a conclusão da demarcação da fronteira entre o Norte e o Sul como vigorava a 1 de Janeiro de 1956.

44. O AGP estabelece que, em preparação para os referendos agendados para terem lugar em Janeiro de 2011, as partes devem concluir os acordos sobre várias questões relacionadas com a sua relação pós-referendo, independentemente do resultado do exercício. A UA, através da AUHIP, está a envolver de forma activa as partes nas questões pós-referendo. No dia 21 de Junho de 2010, em preparação para negociações formais sobre os acordos pós-referendo, a AUHIP convocou “conversações sobre negociações” entre o NCP e o SPLM em Mekelle (Etiópia). Esta reunião produziu o Memorando de Entendimento (MdE) de Mekelle que, entre outras questões, solicitou a AUHIP a servir de Facilitador deste processo. Na altura da finalização do presente relatório, a AUHIP estava em processo de organização, em Juba, de uma Sessão Conjunta de Orientação para as duas delegações sobre questões e acordos pós-referendo. Espera-se que as negociações de importância prática iniciem logo após a Sessão de Orientação.

45. **Em Darfur**, o período em análise testemunhou a eclosão de hostilidades entre as Forças Armadas do Sudão (SAF) e o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM), no Darfur Ocidental, que causou um aumento acentuado no número de acidentes mortais. Estes confrontos afectaram seriamente as populações, levando assim à sua deslocação. Importa referir também que são perpetrados ataques recorrentes contra a UNAMID.

46. O processo de paz continua a enfrentar grandes desafios. No dia 23 de Fevereiro de 2010, em Doha, o Governo do Sudão e o JEM assinaram um Acordo-Quadro para Resolver o Conflito em Darfur, que foi negociado e celebrado em N'djamena, no dia 20 de Fevereiro, sob os auspícios do Presidente Idriss Déby Itno. Contudo, este processo tem sido, desde então, seriamente debilitado, com as partes a não serem capazes de chegar a um acordo sobre a implementação de um Protocolo de cessar-fogo ou um Acordo final, seguido, em Maio, de uma eclosão de combates e retirada do JEM do processo de paz. Contudo, no dia 18 de Março de 2010, o Movimento de Libertação e Justiça (LJM), que juntou os membros dos Grupos de Tripoli e Adis Abeba num único movimento, e o Governo do Sudão, assinaram o Acordo-Quadro para resolver o Conflito em Darfur, bem como alcançar um Acordo de Cessar-Fogo. As conversações entre o Governo do Sudão e o LJM retomaram em Doha no dia 6 de Junho de 2010. O Mediador Conjunto UA-ONU, Djibril Bassolé, e o Governo de Qatar, tomaram igualmente medidas para juntar os representantes de DI e refugiados, bem como a sociedade civil, para consultas. Neste contexto, importa fazer referência à organização da 2ª Conferência da Sociedade Civil de Darfur em Doha, de 12 a 15 de Julho de 2015.

47. Em conformidade com o relatório e as recomendações da AUPD, conforme endossados pelo CPS e a Conferência, deve haver um processo político inclusivo em Darfur, que envolva todos os intervenientes e abarca todas as questões pertinentes. Para este fim, a AUHIP e a UNAMID estão a trabalhar juntos com vista a organizar, em Darfur, uma Conferência Darfur-Darfur (CDD) inclusiva, numa data a ser brevemente determinada. O Governo do Sudão manifestou a sua vontade de facilitar a realização da CDD o mais cedo possível, como parte

dos esforços para incorporar na legislação o processo de paz e torná-lo mais inclusivo.

48. Progressos significativos foram alcançados no destacamento da UNAMID: o envio de tropas atingiu 87.80% da força autorizada, enquanto a componente de polícia atingiu 79.10% da força autorizada. Com estes progressos, os esforços estão agora centrados nas formas de otimizar a “utilização” dos bens e recursos da UNAMID, a fim de reforçar a segurança, promover a recuperação e o desenvolvimento em Darfur.

49. O Sudão, um microcosmo de África, está a entrar numa das fases mais críticas da sua história. A conclusão com sucesso dos processos em curso é de vital importância para a região e o continente africano. A UA está confiante que, com o apoio adequado da comunidade internacional, o povo sudanês tem a capacidade para aproveitar esta oportunidade histórica para superar os desafios que enfrentam. Torna-se crucial que nesta presente sessão da Conferência, que é a última antes da realização do referendo de auto-determinação para o Sul do Sudão, os Chefes de Estado e de Governo renovem o seu compromisso de apoiar as partes e o povo sudanês a superarem com sucesso os desafios que enfrentam e desenvolvam uma visão clara no que diz respeito às implicações da nova situação, que resultará do referendo, sobre a região e o continente como um todo.

50. A normalização das **relações entre o Chade e o Sudão** continuaram e foram consolidadas, graças à vontade política demonstrada pelos líderes de ambos os países. A Conferência recordar-se-á que as reuniões entre peritos dos dois países, uma em Cartum em Dezembro de 2009 e outra em Ndjamena, em Janeiro de 2010, levaram à assinatura no dia 15 de Janeiro de 2010, do «Acordo de Ndjamena sobre a normalização das relações entre o Chade e o Sudão», bem como o «Protocolo Adicional sobre a Segurança das suas Fronteiras». No dia 8 de Fevereiro de 2010, o Presidente Idriss Déby Itno realizou uma visita oficial à Cartum, onde se reuniu com o seu homólogo sudanês, Omar Hassan Al Bashir. No dia 26 de Maio de 2010, o Presidente Déby Itno deslocou-se novamente à Cartum para participar na cerimónia de tomada de posse do Presidente Al Bashir. Por outro lado, no espírito do Acordo de Ndjamena, iniciaram as negociações entre o JEM (Movimento de Justiça e Igualdade) e o Governo Sudanês sob os auspícios da Facilitação Chadiana, e resultou no Acordo Quadro aprovado em Ndjamena no dia 20 de Fevereiro de 2010 e oficialmente assinado em Doha no dia 23 de Fevereiro de 2010. O Sudão, por seu lado, levou a cabo medidas para facilitar uma reunião entre o Chade e os seus «grupos armados».

51. A Conferência felicitou os Presidentes Idriss Déby Itno e Omar Hassan Al Bashir pela sua corajosa decisão política de normalizar as relações entre os dois países e os encorajou a preservar na via do diálogo e da concertação. Os acontecimentos registados inscrevem-se no Plano de Acção de Trípoli de 31 de Agosto de 2009, que adoptou várias medidas para a normalização das relações entre os dois países.

52. **Em Côte d'Ivoire**, o processo de saída da crise, através da implementação do Acordo Político de Ouagadougou e dos seus Acordos Complementares, registou, em Janeiro e Fevereiro de 2010, bloqueios em virtude

das anomalias no funcionamento da Comissão Eleitoral Independente (CEI), que foram denunciados pela Presidência da República. Esta situação levou, a 12 de Fevereiro, à dupla dissolução da CEI e do Governo, seguida de manifestações de jovens da oposição em várias localidades do país.

53. Durante a visita a Abidjan, a 22 de Fevereiro de 2010, o Facilitador do diálogo inter-ivoirense, o Presidente Blaisse Compaoré, com ajuda das partes interessadas, tomou as medidas susceptíveis de relançar o processo eleitoral, principalmente a criação de uma nova direcção da CEI, a formação de um novo Governo, a retomada do contencioso relativo à lista eleitoral e a elaboração de um calendário eleitoral para fins da realização das eleições presidenciais em finais de Abril ou princípios de Maio de 2010. A nova CEI foi efectivamente instalada a 25 de Fevereiro, enquanto que o novo Governo ficou completo a 4 de Março de 2010. Todavia, os debates contraditórios relativos principalmente à verificação da lista eleitoral e ao contencioso, desarmamento dos antigos soldados e reunificação do país antes das eleições prosseguiram e atrasaram a adopção de um calendário eleitoral. A nova lista eleitoral provisória, que conta com cerca de 5,7 milhões de peticionários, foi entregue à CEI, a 12 de Julho de 2010, pelos operadores técnicos. Prevê-se que o contencioso inicie a 12 de Julho de 2010 e que a nova data das eleições presidenciais seja fixada dentro de algumas semanas.

54. É conveniente que a Conferência lance um novo apelo premente às partes ivoirenses no sentido de não pouparem esforços para a conclusão rápida do processo de saída da crise e de promoverem um clima favorável à realização de eleições, principalmente através da busca de soluções às questões pendentes.

55. O impasse prolongado que se verifica no processo de paz no Saara Ocidental continua a não mostrar sinais de cedência, apesar dos esforços que estão a ser empreendidos pelo Enviado Pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Saara Ocidental, Embaixador Christopher Ross. De 10 a 11 de Fevereiro de 2010, o Enviado Pessoal convocou uma segunda reunião informal entre Marrocos e a Frente POLISARIO, no Condado de Westchester, em Nova Iorque. As conversações não resultaram em nenhum progresso. O Enviado Especial visitou também a região em Março de 2010 para colher ideias das partes sobre como sair do actual impasse. Posteriormente, o Enviado Pessoal realizou visitas a Londres, Paris e Madrid, para consultas junto de funcionários relevantes.

56. No seu relatório sobre a situação no Saara Ocidental, datado de 6 de Abril de 2010, o Secretário-Geral das Nações Unidas salientou que *“nenhuma parte está preparada para aceitar a proposta da outra como a única base das futuras negociações e que nada nas suas relações ou ambiente regional ou internacional é provável que mude esta situação num futuro previsível.”* Por sua vez, o Conselho de Segurança, no dia 30 de Abril de 2010, adoptou a resolução 1920 que, entre outros aspectos, saudou o compromisso das partes de continuarem o processo de realização de conversações normais e informais, em preparação para uma quinta série de negociações, e apelou-os para continuarem as negociações sem pré-condições, de modo a alcançarem uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceitável, que apoie a auto-determinação do povo do Saara Ocidental. O Conselho prorrogou igualmente o mandato da MINURSO para mais um ano, até 30 de Abril de 2011.

57. A Conferência manifesta o seu apoio aos esforços destinados a resolver a disputa no Saara Ocidental com base nas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, bem como o Plano de Acção de Trípoli. Este Plano de Acção reiterou o compromisso de África de realizar um referendo de auto-determinação que iria permitir que o povo do Saara Ocidental escolhesse entre a independência do Território e a sua integração no Reino de Marrocos.

(ii) Restauração da Ordem Constitucional

58. A restauração da legalidade nos países que sofreram uma crise constitucional continuou a ser uma prioridade da UA. Enquanto o impasse persiste em Madagáscar, foram registados progressos significativos na Guiné e no Níger.

59. Durante o período em análise, não foram registados progressos no processo de retorno à ordem constitucional **em Madagáscar**. A Conferência lembrar-se-á que, a 21 de Janeiro de 2010, o Presidente da Comissão submeteu às partes malgaxes propostas de compromisso, visando facilitar a implementação dos Acordos de Maputo, de Agosto de 2009, assim como a Acta Adicional de Adis Abeba, de Novembro de 2009. Enquanto os outros Movimentos Políticos, de uma forma geral, aceitaram estas propostas, o Movimento Político de Rajoelina deu uma resposta menos satisfatória. É neste contexto que o CPS decidiu, a 17 de Março de 2010, a entrada em vigor das sanções tomadas a 19 de Fevereiro de 2010 contra os membros do Movimento de Rajoelina e outros indivíduos e entidades que entravam o retorno à ordem constitucional.

60. No quadro do relançamento dos esforços que visam a saída da crise e a promoção do retorno à ordem constitucional, o Presidente Chissano, com o apoio da África do Sul e da França, e em concertação com a SADC e a UA, organizou uma reunião dos Chefes dos Movimentos Políticos malgaxes, em Pretória, de 28 de Abril a 1 de Maio de 2010. Esta reunião, infelizmente não produziu os resultados esperados. O Mediador prossegue actualmente os seus esforços na busca de um acordo relativo a uma transição consensual e inclusiva em Madagáscar. No entanto, esta acção continua a contrariar a vontade do regime de Rajoelina no sentido da realização de eleições que se inscrevem no espírito e na letra dos Acordos de Maputo e de Adis Abeba. No momento da finalização do presente relatório, estavam em curso preparativos para a realização de uma reunião do CPS que analisará a situação em Madagáscar, com base do relatório a ser apresentado pelo Mediador da SADC.

61. A situação em Madagáscar representa um verdadeiro desafio para a África e para a nossa Organização. Não devem ser poupados esforços para assegurar o retorno à ordem constitucional. A realização destes objectivos fixados exige o engajamento de todos os Estados-membros bem como o apoio firme dos nossos parceiros internacionais, incluindo o Conselho de Segurança das Nações Unidas que, por seu turno, deve usar toda a sua influência em apoio aos esforços africanos.

62. **No Níger**, o maior acontecimento no período em análise foi o golpe de Estado, ocorrido a 18 de Fevereiro de 2010, num contexto marcado por um impasse surgido da decisão do Presidente Mamadou Tandja de alterar a

Constituição do país, em violação das disposições da lei fundamental do país e das suas obrigações no quadro da CEDEAO. Os esforços de mediação iniciados pela CEDEAO, com o apoio da UA, que visam ultrapassar este impasse, não foram bem sucedidos, com o governo da Nigéria de então a rejeitar o projecto de acordo apresentado pelo Mediador da CEDEAO. Convém sublinhar que, na sua reunião realizada em Abuja, a 29 de Outubro de 2009, o CPS exprimiu o seu pleno apoio aos esforços bem como às decisões da CEDEAO sobre o Níger. Em conformidade com instrumentos pertinentes da UA, tanto o Presidente da Comissão como o CPS condenaram esta tomada do poder pela força, exigindo o retorno rápido à ordem constitucional e sublinhando a disponibilidade da UA de, em estreita colaboração com a CEDEAO, facilitar esse processo. Por outro lado, o CPS decidiu suspender a participação do Níger nas actividades da UA, até a restauração da ordem constitucional. No seu comunicado, o CPS sublinhou a importância e a pertinência da decisão da 14ª Sessão Ordinária da União sobre a prevenção de mudanças inconstitucionais de governo, que se baseia numa tolerância zero para golpes de Estado, incluindo transgressões das normas democráticas, cuja persistência e repetição podem conduzir a mudanças inconstitucionais.

63. Imediatamente depois do golpe de Estado, uma missão conjunta UA/CEDEAO/Nações Unidas deslocou-se a Niamey para tomar contacto com as novas autoridades, a fim de obter delas o firme compromisso de um retorno rápido à ordem constitucional. Por outro lado, o Enviado Especial do Presidente da Comissão no Níger, o Professor Albert Tevoedjre, Mediador da República do Benin, efectuou várias missões ao Níger. A 11 de Março de 2010, o General Salou Djibo, Presidente do Conselho Supremo de Restauração da Democracia (CSR), assinou um decreto através do qual os membros do CSR e do Governo de Transição se comprometem a não se candidatar às eleições presidenciais. A 7 de Abril de 2010, as autoridades de facto criaram um Conselho Consultivo Nacional encarregado da organização da transição. O Conselho elaborou um programa de transição, com uma duração de um ano, que prevê, entre outros, a organização de um referendo constitucional, eleições municipais e legislativas bem como as eleições presidenciais, previstas para 26 de Dezembro de 2010. A tomada de posse do Presidente eleito está marcada para 1 de Março de 2011.

64. A Conferência congratula-se com o programa detalhado da transição elaborado pelas autoridades no Níger, e lança um apelo a todos os intervenientes a fim de colocarem os interesses supremos do Níger acima de considerações partidárias que poderão retardar ou comprometer a transição. A Conferência exprime a sua preocupação perante a situação de penúria alimentar que afecta o Níger e exorta os Estados-membros assim como os parceiros internacionais a prestarem a assistência necessária. É evidente que as sanções conservatórias tomadas contra o Níger permanecerão em vigor até o retorno efectivo à ordem constitucional.

65. Foram registados progressos substanciais no processo de retorno à ordem constitucional **na Guiné**, em cumprimento da Declaração Conjunta de Ouagadougou, de 15 de Janeiro de 2010. Neste contexto, importa realçar a assinatura de documentos fundamentais indispensáveis para a organização e realização das eleições presidenciais. Estes documentos jurídicos, e o

pagamento pelo Governo da Guiné da totalidade da sua contribuição financeira para o processo eleitoral, abriram o caminho para a realização das eleições presidenciais e outros escrutínios que devem concluir o período de transição na Guiné. É neste contexto que a primeira volta das eleições presidenciais está prevista para 27 de Junho de 2010, a fim de exortar a classe política guineense a dar prova de maturidade e abster-se de qualquer acção susceptível de pôr em causa os progressos significativos realizados sobre a via da democratização e do retorno à ordem constitucional.

66. Por outro lado, em cumprimento da decisão do CPS que, na sua 220ª reunião, realizada a 11 de Março de 2010, lançou um apelo em prol de um apoio às reformas institucionais que visam a consolidação da democracia, reconciliação nacional e desenvolvimento económico, a UA participou, ao lado da CEDEAO e das Nações Unidas, na missão de avaliação da reforma do sector de segurança (RSS) na Guiné. O relatório de avaliação elaborado para o efeito foi oficialmente submetido às autoridades guineenses a 4 de Maio de 2010, na presença do Enviado Especial do Presidente da Comissão.

67. A Conferência lançou um apelo às partes guineenses no sentido de darem prova de espírito de responsabilidade e trabalharem em conjunto para a criação de condições propícias para a realização rápida da segunda volta das eleições presidenciais e a conclusão da transição; de igual modo, a Conferência exprimiu a sua gratidão e o seu apoio ao Presidente bem como aos intervenientes da Transição e à CEI pelos esforços envidados e pelo seu engajamento. A Conferência exortou igualmente os parceiros bilaterais e multilaterais da Guiné a prestarem o seu apoio à realização da RSS, assim como a assistência financeira e económica necessária para facilitar a recuperação socioeconómica do país.

Reconstrução pós-conflito

68. Os progressos realizados na resolução de várias situações de crise no Continente só serão duradouros se forem consolidados através de programas firmes de reconstrução e de desenvolvimento pós-conflito. A paisagem de todo o Continente continua contrastada, caracterizada por uma justaposição da fragilidade persistente e de outras situações marcadas por uma consolidação dos progressos realizados.

69. A situação **na Guiné Bissau** continua frágil. A 1 de Abril de 2010, elementos das Forças Armadas da Guiné realizaram acções contra personalidades governamentais e instituições da Guiné Bissau. Essas acções culminaram com a detenção momentânea do Primeiro-ministro, Carlos Gomes Jr., e a detenção, seguida da prisão do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, o Contra-Almirante José Zamora Induta. É neste contexto que o Presidente da Comissão deslocou-se à Guiné Bissau para exprimir o apoio da UA às autoridades guineenses, incluindo os dirigentes militares. Anteriormente, a 23 de Fevereiro de 2010, uma missão conjunta UA/Nações Unidas deslocou-se à Guiné Bissau, onde se reuniu com o Presidente da República e outras personalidades governamentais. A recente nomeação do General António Indjai, um dos principais responsáveis dos acontecimentos de 1 de Abril de 2010, como Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, veio confirmar a fragilidade

da situação, o que motivou uma nova missão da Comissão à Guiné Bissau, de 28 a 30 de Junho de 2010.

70. Afigura-se importante que a Conferência condene firmemente a interferência contínua do Exército guineense no processo político e lamente particularmente a nomeação do General António Indjai como Chefe de Estado-Maior General do Exército, o que consagra um facto e mina a credibilidade e efectividade das instituições eleitas do país, para além de entravar a acção da justiça. A Conferência lançou um apelo a todos os intervenientes guineenses no sentido de contribuírem, cada um, na promoção da paz e segurança bem como na consolidação das instituições democráticas e na implementação rápida da reforma do sector de segurança. A terminar, a Conferência reafirmou o seu apoio relativamente ao envio rápido de uma missão conjunta UA/CEDEAO de estabilização, em conformidade com o Plano de Acção da Sessão Especial de Tripoli, realizada a 31 de Agosto de 2009.

71. A situação geral de segurança na **Libéria** continua relativamente estável. As várias instituições do Governo continuam a funcionar com base no Estado de Direito, as agências de segurança no país, com o apoio da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), continuam a desempenhar as suas funções de forma credível apesar de desafios em termos de capacidade e logística. A Estratégia de Redução da Pobreza da Libéria (PRS) continua a registar progressos firmes, apesar da crise financeira mundial que afectou o fluxo de fundos destinados às actividades planificadas para acelerar o processo da Estratégia de Redução da Pobreza. O Programa de Assistência à Gestão Económica e Boa Governação (GEMAP), iniciado em 2006 pelo Governo Liberiano, terminou em Junho de 2010, quando a Libéria alcançou o seu Ponto de Conclusão nos termos da iniciativa HIPC.

72. A Conferência incentiva o Governo da Libéria a continuar com os seus esforços para consolidar e sustentar os notáveis progressos registados ao longo dos últimos anos, incluindo a implementação das recomendações do Relatório da Verdade final e da Comissão de Reconciliação, que foi divulgado em Dezembro de 2009, de modo que possa equilibrar a necessidade de combater a impunidade e a de sustentar a paz e promover a reconciliação nacional, bem como de aprovar uma legislação necessária para a realização com sucesso das eleições em 2011. A Conferência exorta a comunidade internacional a continuar a prestar o apoio necessário.

73. No Burundi, o período em análise foi essencialmente consagrado à preparação do processo eleitoral, que vai decorrer num período de cerca de quatro meses. Estão previstos cinco escrutínios para essa ocasião. A 21 de Maio, foram organizadas eleições dos conselhos locais, seguidas das eleições presidenciais a 28 de Junho. As eleições dos deputados ocorreram a 23 de Julho, dos senadores a 28 de Julho de Julho e dos conselhos dos bairros a 7 de Setembro de 2010.

74. Os resultados provisórios das eleições dos Conselhos Locais, publicados a 28 de Maio de 2010, indicaram a vitória do partido no poder, o Conselho Nacional da Defesa da Democracia – Forças de Defesa da Democracia (CNDD-FDD), com 64,03%. A taxa de participação a nível nacional é estimada em 90,67%. Estes

resultados foram rejeitados pela oposição, que denunciou irregularidades, reclamando a anulação do escrutínio. Estas acusações foram desmentidas pela Comissão Eleitoral. Os partidos políticos da oposição decidiram retirar-se da corrida às eleições presidenciais. Com efeito, este escrutínio, que decorreu a 28 de Junho de 2010, foi considerado tenso. O Presidente cessante, Pierre Nkurunziza, que foi o único candidato, ganhou com 91,62% dos votos, com uma taxa de participação de 79,98%.

75. A Conferência lançou um apelo firme a todos os actores políticos para tirarem ensinamentos das eleições locais e presidenciais e se unirem para promover e proteger o processo democrático no seu país, participando nas eleições seguintes. Não devem ser poupados esforços para evitar pôr em causa as conquistas políticas e democráticas nos últimos anos.

76. **Na RDC**, o período em análise foi marcado pelo prosseguimento da implementação dos acordos assinados em 2008 e 2009 assim como pela consolidação das relações de cooperação com os países vizinhos. Esta dinâmica foi operada num contexto da persistência de uma insegurança «residual» nas Províncias de Kivu e na Província Oriental, num momento em que as autoridades congoleesas se empenham activamente em gerir as consequências de segurança e humanitárias dos acontecimentos ocorridos no início do ano na Província do Equador.

77. As operações das Forças Armadas Congoleesas (FARDC), apoiadas pela Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC), contra grupos armados estrangeiros (Forças Democráticas de Libertação do Ruanda) – FDLR e o Exército de Libertação do Senhor (LRA), permitiram ao governo congolês neutralizar vários elementos das forças negativas. Durante este tempo, com ajuda de parceiros africanos, foram prosseguidos esforços visando reformar e reforçar as capacidades operacionais do exército e dos serviços de segurança. Por outro lado, o governo prepara activamente as eleições gerais de 2011 e seguintes. Neste contexto, foi criado um Comité Directivo e as duas Câmaras do Parlamento adoptaram uma lei relativa à criação, organização e funcionamento da Comissão Eleitoral Independente (CENI). A CENI apresentou o projecto de orçamento para as futuras eleições assim como um projecto de calendário eleitoral que fixa a primeira volta das eleições presidenciais para 4 de Setembro de 2011.

78. Um outro facto importante ocorrido no período em análise prende-se com a renovação do mandato da MONUC. A UA envolveu-se activamente nas consultas iniciadas sobre esta questão. A 28 de Maio de 2010, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou a Resolução 1925 sobre a situação que prevalece na RDC, entre outros, uma redução dos efectivos da MONUC, a mudança da sua denominação em Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Congo (MONUSCO), a partir de 1 de Julho de 2010, bem como a redefinição do seu mandato.

79. A terminar, convém sublinhar que prosseguem os preparativos para a realização da reunião dos países, organizações e comunidades interessados pela problemática dos pastores nómadas Mbororos. Uma missão da UA deslocou-se a Kinshasa para discutir com as autoridades congoleesas as modalidades da

realização desta reunião, na sequência de visitas anteriores à RDC e em outros países em questão.

80. Por outro lado, em aplicação das Decisões pertinentes do CPS e o Plano de Acção de Tripoli, a Comissão enviou, de 21 de Janeiro a 22 de Fevereiro de 2010, uma Missão multidisciplinar à **RDC e Burundi**. A Missão tinha como objectivo avaliar a situação nos dois países e identificar as medidas que deveriam ser tomadas a nível da UA e dos seus Estados Membros, a fim de apoiar o processo de reconstrução e de desenvolvimento pós-conflito nestes dois países. As conclusões e recomendações da missão foram submetidas à 230ª Reunião do CPS, realizada de 27 a 31 de Maio de 2010. No momento da finalização do presente relatório, a Comissão dedicou-se em assegurar o acompanhamento necessário. Entretanto, convém realçar que a RDC acedeu, a 1 de Julho de 2010, à iniciativa dos países pobres altamente endividados. Neste sentido, as Instituições de Breton Wood decidiram subscrever-se para o alívio da dívida da RDC.

81. Durante o período em análise, o processo político e eleitoral na **República Centro Africana (RCA)** atravessou vários bloqueios e controvérsias que quase fizeram que país se mergulhasse numa grande crise política e institucional, colocando em perigo os progressos consecutivamente registados no Diálogo político inclusivo (DPI) de Dezembro de 2008. Em janeiro de 2010, os partidos políticos da oposição democrática, bem como os movimentos político-militares, que em seguida reuniram-se num «Colectivo de Forças da Mudança /CFC», questionaram o funcionamento da Comissão Eleitoral Independente (CEI), incluindo os seus Comités locais (divisão da CEI), tendo decidido abandonar a Comissão, que permaneceu paralizada durante um mês. Foi neste contexto que o Presidente François Bozizé assinou a 25 de Fevereiro de 2010, um decreto que convocava o corpo eleitoral para a primeira volta das eleições presidenciais e legislativas, a 25 Abril 2010. A 27 de Fevereiro de 2010, o CFC rejeitou o decreto, justificando que as condições de segurança e materiais não se encontravam reunidas para a realização de eleições credíveis e transparentes. A 29 de Abril de 2010, a CEI reconheceu que ela não seria capaz de organizar as eleições na data prevista, 16 de de Maio de 2010.

82. Esta situação apresentava um eventual risco, de um vazio institucional a partir de 11 de Junho de 2010, data na qual o mandato do Presidente da República chegava ao seu termo. A Constituição não previu nenhuma disposição para regularizar esta questão, a Assembleia nacional, após as consultas com as diversas camadas sócio-profissionais do país, adoptou, a 10 Maio de 2010, uma lei prorogando o mandato do Presidente da República e dos membros do Parlamento, até a organização das próximas eleições presidenciais e legislativas. No caso da CEI, conseguiu fixar novas datas para as eleições legislativas e presidenciais, respectivamente, aos 24 de Outubro e 19 de de Dezembro de 2010, para a primeira e segunda volta. Mas a Comissão continua necessitando de recursos financeiros para cumprir com as suas obrigações.

83. O programa de DDR lançado em Fevereiro de 2009, em conformidade com o Acordo Geral de Paz de Libreville, de 21 Junho de 2008, que registou um atraso considerável, devido às dificuldades ligadas a implementação prática do programa, a insegurança em certas zonas do país, as modalidades de

financiamento e a insuficiência dos recursos disponíveis, viu o seu processo acelerar-se com o lançamento da campanha de verificação das listas, a 13 de Junho 2010, em Paoua. Convém, além disso, ultrapassar os múltiplos abusos e ataques perpetrados pelos elementos da LRA de Joseph Koni, que tiveram uma recrudescência desde Fevereiro de 2010.

84. Neste contexto, a Conferência, deveria realçar a necessidade para os actores Centro-africanos de fazerem os possíveis a fim de assegurar as eleições nos prazos acordados. Neste sentido, nunca seria demais realçar a importância caracterizada pela implementação do Programa DDR. Por outro lado, a Conferência deveria reiterar o seu apelo aos Estados Membros e a Comunidade Internacional no seu conjunto, para o fornecimento do apoio necessário com vista à conclusão do processo eleitoral e o levantamento socio-económico da RCA.

b) Questões Transversais

85. Para além das situações no terreno, tal como acima apresentado, há uma série de questões transversais que são relevantes para os esforços em curso para promover a paz, a segurança e a estabilidade no continente. Durante o período em análise, foi dedicada atenção especial às seguintes questões:

(i) Prevenção e luta contra o terrorismo

86. A União Africana dispõe de instrumentos jurídicos, de um Plano de Acção para a prevenção e eliminação do terrorismo, bem como de um instrumento de trocas de informações e de coordenação da cooperação que se encontra no Centro de Estudos e de pesquisa sobre o Terrorismo de (CAERT). Estes meios de acção foram objectos de um desenvolvimento contínuo, como ilustra a publicação de «African Journal on Terrorism Studies».

87. Os diferentes progressos na região saelo-sahariana incluindo o aumento de casos de rapto e pagamento de resgate aos grupos de terroristas, continuaram a marcar a actualidade da marca de tensão. Os esforços de consultas, de coordenação e de cooperação dos países membros da UA envolvidos, resultaram numa dinâmica que engloba as questões políticas, diplomática, militar e de segurança, como testemunha a reunião Ministerial de Argel e a Instalação subsequente de uma estrutura operacional comum em Tamanrasset.

88. O duplo atentado terrorista perpetrado a 11 de Julho de 2010 em Kampala causando dezenas de vítimas inocentes, realça a necessidade de uma mobilização crescente de África para a prevenção e eliminação do terrorismo. A Comissão conta apresentar brevemente ao CPS uma série de medidas susceptíveis de realçar a eficácia da acção africana colectiva contra o flagelo do terrorismo.

(ii) Segurança e Protecção Marítima

89. A Conferência recordar-se-á que, durante a sua 13^a Sessão Ordinária, realizada em Sirte, em Julho de 2009, manifestou preocupação com a

insegurança crescente nos espaços marítimos ao longo da África e da Somália, em particular, condenou com veemência todas as actividades ilegais nessas regiões, e congratulou-se com as iniciativas empreendidas pela Comissão para desenvolver uma estratégia global e coerente para combater este flagelo.

90. No seguimento desta decisão, a Comissão organizou um Workshop sobre Protecção e Segurança Marítima, em Addis Abeba, nos dias 6-7 Abril de 2010. O Workshop, que contou com a presença de Estados Membros da UA, CER e outras instituições da UA, bem como as Nações Unidas e outros parceiros bilaterais e multilaterais, prestou uma oportunidade de analisar os desafios que África enfrenta em termos de protecção e segurança marítima. Neste contexto, foi destacada a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (pesca IUU), o despejo de resíduos tóxicos, o tráfico de drogas e de armas, o tráfico de seres humanos, o abastecimento de petróleo, a pirataria e os assaltos à mão armada no mar, etc.

91. Dada a importância desta questão para a segurança global do continente Africano, a Conferência poderá dar o seu apoio às conclusões do Workshop. Em particular, a Conferência deve apelar à renovação dos esforços aos níveis nacional, regional e continental no sentido de promover a protecção e segurança marítima e garantir que África assuma a responsabilidade e proveito do seu espaço marítimo, como parte dos esforços globais para o desenvolvimento do continente. Por seu lado, a Comissão está a planear realizar uma série de outras actividades destinadas a sensibilizar os principais intervenientes do continente, mobilizando a indispensável vontade política, o reforço da capacidade à todos os níveis, garantindo os recursos necessários, bem como o estabelecimento de parcerias. Um "quadro estratégico para a segurança do espaço marítimo de África" será desenvolvido para esses fins.

(iii) Mudanças Inconstitucionais de Governos

92. Ao longo dos últimos anos, depois de anos de progresso contínuo no sentido da democratização, o nosso continente tem testemunhado um ressurgimento lamentável do flagelo dos golpes de Estado e de outras formas de tomadas ilegais, ou de manutenção do poder. Claramente, esta tendência prejudica o processo de democratização em curso e constitui uma grave ameaça para a paz e a segurança no continente.

93. É neste contexto que a Conferência aprovou, em Janeiro de 2010, uma decisão histórica, que reforça os instrumentos da UA para tratar das mudanças inconstitucionais de governos. Significativamente, esta decisão articula uma abordagem global baseada na tolerância zero para golpes de estado, mas também para as violações das normas democráticas, a persistência e a reincidência do que poderia resultar em mudanças inconstitucionais de governos.

94. O êxito da aplicação da presente decisão exige o empenho total dos Estados Membros, tanto para assegurar uma resposta eficaz às situações de mudanças inconstitucionais, através da implementação das decisões tomadas nesta matéria pelo CPS, bem como com a tomada de medidas necessárias para aprofundar os processos de democratização e melhorar a governação. Neste contexto, a assinatura e ratificação da Carta Africana da Democracia, Eleições e

Governança por parte dos Estados Membros que ainda não o tenham feito, dará um grande ímpeto para o aprofundamento da democracia e melhoria da governação no continente, contribuindo significativamente para a prevenção estrutural de conflitos. É motivo de grande preocupação que, três anos e meio após a sua assinatura, a Carta só tenha sido ratificada por cinco Estados Membros.

95. Por sua vez, e conforme solicitado pela Conferência na sua decisão acima mencionada, o CPS tem a intenção de tomar as medidas necessárias para o pleno exercício dos poderes que lhe são confiadas por força das disposições da alínea (m) do Artigo 7º do Protocolo relativo ao estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança, que estipula que este órgão, em colaboração com o Presidente da Comissão, façam *"o acompanhamento, no âmbito das suas competências de prevenção de conflitos, dos progressos no sentido da promoção das práticas democráticas, da boa-governança, do Estado de direito, da protecção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, do respeito pela santidade da vida humana por parte dos Estados Membros"*. A nomeação, por parte do Presidente da Comissão, de um relator independente para preparar o relatório necessário, para análise por parte de uma reunião a ser realizada ao nível ministerial foi activamente apreciada.

(iv) **Questões fronteiriças**

96. Desde que os países africanos acederam a independência, as fronteiras – que foram traçadas durante o período colonial – foram uma fonte recorrente de conflitos e de diferendos no continente. Cerca de meio século após a libertação política do Continente, a delimitação e a demarcação das fronteiras herdadas da colonização continua confrontando-se aos importantes problemas técnicos e financeiros. Sob reserva do resultado do inventário actualmente empreendidos pela Comissão, considera-se que menos de um quarto das linhas fronteiriças africanas hoje já estão definidas. Esta situação dá lugar à existência de « zonas indefinidas» no interior das quais o exercício da soberania nacional pode revelar-se problemático. Nestas zonas, um simples diferendo entre duas comunidades pode rapidamente se degenerar e conduzir a tensões inter-estatais. Principalmente se estas zonas possuem recursos naturais, a sua gestão pode ser difícil e fonte de desentendimentos.

97. Já há muito tempo que os dirigentes africanos fizeram os possíveis para enfrentar estes problemas, conscientes que estes eram apenas a realização de uma maior unidade e solidariedade entre os países e os povos africanos exige que seja atenuada o peso das fronteiras que lhes separam. É neste contexto que os Estados Membros adoptaram vários instrumentos políticos e jurídicos para conduzir os esforços na gestão das questões fronteiriças, incluindo o princípio do respeito pelas fronteiras existentes no momento da acção a independência.

98. A 7 de Junho 2007, realizou-se em Adis Abeba, a primeira Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas questões fronteiriças, que adoptou a Declaração sobre o Programa de fronteira da União Africana (PFUA) e as modalidades da sua implementação, que foi adoptada pelo Conselho Executivo, em Accra, em Junho de 2007. Esta Declaração articula-se em torno das seguintes questões: delimitação e demarcação de fronteiras africanas que ainda

não foram realizadas, o desenvolvimento da cooperação transfronteiriças, reforço das capacidades, mobilização dos recursos e parcerias. Aquando da sua segunda Conferência realizada em Adis Abeba a 25 de Março de 2010, os Ministros Africanos responsáveis pelas questões de fronteiras analisaram os progressos registados incluindo os desafios encontrados. Adoptaram uma Declaração sobre o PFUA incluindo as modalidades para prosseguir e acelerar a sua implementação.

99. Seria crucial que os Estados Membros redobrassem os esforços para a implementação do PFUA. Tanto é verdade que nestes últimos anos houve um aumento preocupante de diferendos fronteiriços. Felizmente, graças a sabedoria dos países envolvidos, estes diferendos não se transformaram em conflitos declarados

VII. CONCLUSÃO

100. Como se pode observar durante a leitura do relatório, a situação da paz e de segurança em África apresenta uma paisagem cheia de contraste . Apesar de que os progressos importantes terem sido realizados durante estes ultimos seis meses, ainda faltam muitos desafios a serem ultrapassados. Neste sentido nunca seria demais realçar o papel crucial que cabe ao CPS e a necessidade para os Estados Membros de lhes conceder a sua inteira cooperação na execução do seu mandato.

101. A acção multiforme da UA, como tinha acontecido anteriormente, deu lugar a uma grande variedade de programas de actividades englobando a resolução de conflitos, bem como a reconstrução pós-conflitos. A tendência geral é de reduzir os focus de tensão e de crise, bem como a diminuição do número de vítimas. Seria importante que esta tendência positiva se confirmasse e reforçasse, a fim de que os avanços significativos e os progressos notáveis possam ser registados nos esforços, inscrevendo-se no contexto de «2010: Ano de Paz e da Segurança em África».

ANEXO I

**PRESIDENCIA ROTATIVA DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA
DE ABRIL DE 2010 A MARÇO DE 2012**

PAÍS	MES	ANO
Benin	Abril	2010
Burundi	Maio	"
Chade	Junho	"
Cote d'Ivoire	Julho	"
Djibouti	Agosto	"
Guiné Equatorial	Setembro	"
Quénia	Outubro	"
Libia	Novembro	"
Mali	Dezembro	"
Mauritania	Janeiro	2011
Namibia	Fevereiro	"
Nigéria	Março	"
Rwanda	Abril	"
África do Sul	Maio	"
Zimbabwe	Junho	"
Benin	Julho	"
Burundi	Agosto	"
Chade	Setembro	"
Cote d'Ivoire	Outubro	"
Djibouti	Novembro	"
Guiné Equatorial	Dezembro	"
Quénia	Janeiro	2012
Libia	Fevereiro	"
Mali	Março	"

ANEXO II

**REUNIÃO E SESSÕES INFORMATIVAS DO CONSELHO DE PAZ E
SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA, JANEIRO – JUNHO DE 2012**

Reunião/ /Informa- ção	Data	Agenda	Comunicado/ Outros Resultados	Documents de Trabalho
214a 215a	8 de Janeiro de 2010	1. Apreciação do Relatório do Presidente sobre a situação na Somália. 2. Análise do Relatório do Presidente sobre a situação na RCA.	Comunicado sobre a Somália: PSC/PR/Comm.(CCXIV) Comunicado sobre a RCA PSC/PR/COMM(CCXV)	1. Apreciação do Relatório do Presidente sobre a situação na Somália. 2. Análise do Relatório do Presidente sobre a situação na RCA
213a (continuação) 25 de Janeiro de 2010		1. Continuação do Quadro de Ezulwini para melhorar a implementação das sanções da União Africana em situações de mudanças Inconstitucionais de Governos em África.	Comunicado: PSC/PR/COMM.2(CCXIII)	Quadro de Ezulwini para melhorar a implementação das sanções da União Africana em situações de mudanças Inconstitucionais de Governos em África. [PSC/PR/(CCXIII)]

216a	19 de Fevereiro de 2010	1. Apreciação do Relatório do Presidente da Comissão sobre a situação em Madagáscar. 2. Informação sobre a situação no Níger	Comunicado : PSC/PR/COMM.1(CCXVI) Comunicado : PSC/PR/COMM.2(CCXVI)	1. Report of the Chairperson on the situation in Madagascar PSC/PR/2(CCXVI)
217a	25 de Fevereiro de 2010	Informação sobre os últimos desenvolvimentos da situação na Somália.	Comunicado de Imprensa: PSC/PR/BR.(CCXVII)	
218a	5 de Março de 2010	Informação sobre os últimos desenvolvimentos da situação na Côte d'Ivoire.	Comunicado de Imprensa : PSC/PR/BR(CCXVIII)	
219a	10 de Março de 2010	Apreciação do Relatório da Comissão sobre a Missão de Avaliação Pré-eleição no Sudão.	Comunicado: PSC/PR/COMM.(CCXIX)	
220a	11 de Março de 2010	1. Informação sobre os recentes desenvolvimentos da situação no Níger; 2. Informação sobre os recentes desenvolvimentos da situação na República da Guiné Conacri.	Comunicados de Imprensa: 1. PSC/PR/BR.1(CCXX) 2. PSC/PR/BR.2(CCXX)	

221a	17 de Março de 2010	1. Análise do Relatório do Presidente da Comissão sobre os últimos desenvolvimentos da situação em Madagáscar. 2. Compromissos com a Comissão de Construção da Paz da ONU.	Comunicado sobre Madagascar: PSC/PR/COMM.(CCXXI)	
222a	29 de Março de 2010	1. Informação sobre os desenvolvimentos na Guiné Bissau. 2. Informação sobre a Criação da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA).	Comunicado sobre a Guiné Bissau: PSC/PR/COMM.(CCXXII)	
223a	30 de Março de 2010	1. Apreciação da situação das Mulheres e Crianças em Conflitos Armados em África; 2. Informação ao CRP sobre as Actividades do Conselho de Paz e Segurança durante o mês de Março de 2010.	Comunicado de Imprensa sobre Mulheres e Crianças em Conflitos Armados em África: PSC/PR/COMM.(CCXXIII)	Relatório intitulado: Mitigar as vulnerabilidades da Mulher e da Criança em Conflitos Armados; Iniciativas do CPS e do Painel de Sábios.

224a	9 de Abril de 2010	Informação sobre a contribuição do CPS ao Ano da Paz e Segurança em África e a distribuição do orçamento do CPS.	Comunicado de Imprensa: PSC/PR/COMM.(CCXXIV)	
225a	14 de Abril de 2010	Informação sobre as actividades do Comité Internacional da Cruz Vermelha em África.	Comunicado de Imprensa: PSC/PR/COMM.(CCXXV)	
226a	19 de Abril de 2010	Informação pelos Facilitadores da Revisão da Comissão de Construção da Paz da ONU.	Comunicado de Imprensa: PSC/PR/COMM.(CCXXVI)	
227 th	22 Abril de 2010	Informação sobre os desenvolvimentos nas Comores	Comunicado de Imprensa: PSC/PR/COMM.(CCXXVII)	
228a	3 Maio de 2010	Informação os recentes desenvolvimentos na Côte d'Ivoire.	Comunicado de Imprensa: PSC/PR/BR(CCXXVIII)	
229a	6 de Maio de 2010	Apreciação do Programa do CPS para 2010 - Ano da Paz e Segurança em África.		
230a	27 de Maio de 2010	Análise do Relatório da Missão de Avaliação Multidisciplinar da UA sobre as necessidades de reconstrução pós-conflito no Burundi e na República Democrática do Congo.		

231a	15 de Junho de 2010	Preparativos para a Reunião Consultiva entre o CPS da UA e o Conselho de Segurança da ONU.		Intercambio de correspondência entre o Presidente do CPS e o Presidente da UNPBC (Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas)
232a	17 de Junho de 2010	1. Informação sobre os recentes desenvolvimentos no Níger; 2. Informação sobre os desenvolvimentos da situação na República da Guiné Conacri.	Comunicados de Imprensa sobre a Guiné Conacri: PSC/PR/BR.1(CCXXXII) Niger: PSC/PR/BR.2(CCXXXII)	
233a	24 de Junho de 2010	Continuação dos preparativos para a Reunião Consultiva Conjunta entre o CPS da UA e o Conselho de Segurança da ONU.	Projecto de Comunicado Conjunto do Conselho de Segurança da ONU e o Conselho de Paz e Segurança da UA.	
234a	28 de Junho de 2010	Apreciação do Relatório do Presidente sobre a situação na Côte d'Ivoire.	Comunicado do CPS: PSC/PR/COMM(CCXXXIV)	Relatório do Presidente: PSC/PR/2 (CCXXXIV)
235a	2 de Julho de 2010	Análise do Relatório do Presidente da Comissão sobre as Actividades do Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana (AUHIP) sobre o Sudão.	Comunicado do CPS: PSC/PR/COMM.(CCXXXV)	Relatório do Presidente: PSC/PR/2(CCXXXV)

236a	5 de Julho de 2010	1. Melhorar o método de análise de situações de conflito e crise e a formulação de comunicados. 2. Informação sobre os recentes desenvolvimentos da situação nas Comores.	Comunicado do CPS: PSC/PR/COMM.(CCXXXVI)	Documentos: 1. Acordo da União das Comores para a gestão do Período de Transição 2. Projecto de Programa da República da Côte d'Ivoire (Presidente do CPS para o mes de Julho de 2010).
------	--------------------	--	--	---

“Estamos determinados em acabar de uma vez por todas com o flagelo de conflitos e violência no nosso Continente, reconhecendo as nossas deficiências e erros, atribuindo os nossos recursos e envolvendo os nossos melhores quadros, e aproveitando todas as oportunidades para avançar com a Agenda sobre a Prevenção de Conflitos, Instauração e Manutenção da Paz e Reconstrução Pós-conflito. Na qualidade de líderes, não podemos simplesmente transferir o fardo dos conflitos para a nova geração de Africanos” (Parágrafo 9 da Declaração de Trípoli, de 31 de Agosto de 2009)